COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

PROJETO DE LEI Nº 8.170, DE 2014

Concede anistia aos débitos decorrentes de multas cominadas pelo IBAMA aos municípios por infrações administrativas ambientais ocorridas antes da vigência da Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011, nos termos que especifica.

Autor: Deputado JOVAIR ARANTES

Relator: Deputado LEOPOLDO MEYER

VOTO EM SEPARADO DO DEPUTADO JOSUÉ BENGTON

O projeto de lei de autoria do ilustre Deputado Jovair Arantes concede anistia aos débitos decorrentes de multas cominadas pelo Ibama aos municípios por infrações administrativas ambientais ocorridas antes da vigência da Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011, o diploma legal que, regulamentando o parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal em relação à política ambiental, definiu as atribuições nesse sentido da União, estados, Distrito Federal e municípios. Para a concretização da anistia, deverá ser demonstrado que o empreendimento objeto do auto de infração emitido pelo Ibama já estava em processo de licenciamento ou de autorização ambiental perante órgão ambiental competente estadual ou municipal.

O relator do processo, Deputado Leopoldo Meyer, manifestou-se pela rejeição do projeto de lei. Ele entende que “o Ibama continua podendo aplicar multas a empreendimentos licenciados pelos estados, respeitado o disposto no art. 17, § 3º, da Lei Complementar nº

140/2011, pelo que não se justifica a anistia prevista pelo projeto de lei em foco”.

Discordamos do posicionamento do relator. As atribuições de fiscalização supletiva do Ibama sempre foram mal definidas. Havia apenas uma referência breve no art. 11 da Lei nº 6.938, de 1981, a Lei da Política Nacional do Meio Ambiente. Como o Ibama foi criado em 1989, essa tarefa originalmente sequer era dessa autarquia, cabia à extinta Secretaria Especial de Meio Ambiente (Sema), à época vinculada ao Ministério do Interior.

Somente agora, depois da Lei Complementar nº 140/2011, passamos a ter clareza sobre as atribuições dos órgãos ambientais de cada esfera da Federação. Nesse diploma legal, a regra básica é clara: compete ao órgão responsável pelo licenciamento ou autorização lavrar auto de infração ambiental e instaurar processo administrativo para a apuração de infrações à legislação ambiental (art. 17, *caput*, da LC 140/2011).

É certo que, como exposto pelo relator, a lei complementar continua se referindo à atribuição comum de fiscalização da conformidade ambiental de empreendimentos e atividades (art. 17, § 3º, da LC 140/2011). Mas a supletividade, agora, passou a ter outro sentido.

O art. 15 da lei complementar em questão dispõe:

“Art. 15. Os entes federativos devem atuar em caráter supletivo nas ações administrativas de licenciamento e na autorização ambiental, nas seguintes hipóteses:

I – inexistindo órgão ambiental capacitado ou conselho de meio ambiente no Estado ou no Distrito Federal, a União deve desempenhar as ações administrativas estaduais ou distritais até a sua criação;

II – inexistindo órgão ambiental capacitado ou conselho de meio ambiente no Município, o Estado deve desempenhar as ações administrativas municipais até a sua criação; e

III – inexistindo órgão ambiental capacitado ou conselho de meio ambiente no Estado e no Município, a União deve desempenhar as ações administrativas até a sua criação em um daqueles entes federativos.”

Em face desse quadro, entendemos como plenamente justificável a proposta trazida pelo projeto de lei em foco. Assim, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 8.170, de 2014.

É o nosso Voto, que esperamos ver acatado por este
Órgão Colegiado.

Sala da Comissão, em de de 2015.

Deputado JOSUÉ BENGTON

2015_9478